



PMT/SMAAJ/DL/LCGCP/017/2017.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.
CONTRATADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL.
PROCESSO Nº: 012/2017.
CHAMADA PÚBLICA Nº: 001/2017.
INEXIGIBILIDADE Nº: 001/2017
VALOR: R\$ 12.138,98

"TERMO DE CONTRATO PARA O CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (IPTU - IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO, ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO, ITBI - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, TAXAS E DEMAIS RECEITAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS COM TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DADOS DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME COMUNICADO FEBRABAN 015/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA FORMA ABAIXO":

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, nº. 482, – Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº. 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, inscrita no CNPJ sob nº. 00.360.305/0001-04, e Inscrição Estadual nº. 07.312.825/0001/75, com sede na SBS Qda 04, Bl A, Lote 3/4 PRESI/GECOL 21 Andar, Bairro Asa Sul, na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato representado por seu representante legal o Senhor **Tiago Tadeu Delfino Zamberlan**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 27.414.781 SSP/SP, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 290.156.168-33, residente e domiciliado a Rua Lions Clube de Assis, nº. 435, ap 1.104, Residencial Toscana, no município de Assis, Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à Chamada Pública nº. 001/2017, homologado em 27 de janeiro de 2017, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o **Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação dos tributos municipais (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, ISS - Imposto Sobre Serviço, ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, Taxas e demais receitas, com prestação de contas com transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados, conforme Comunicado Febraban 015/2015, conforme**



especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO

2.1. Os valores a serem praticados pela execução dos serviços serão os estabelecidos no Anexo I deste Edital.

2.2. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.3. Todas as Instituições Financeiras credenciadas repassarão ao Município, através de depósito em Conta de Arrecadação a ser informada pelo Município, o valor recebido, ficando proibida qualquer sobretaxa sobre esses serviços. A conta será informada ao término do processo aos credenciados.

2.4. O repasse ao município da arrecadação diária ocorrerá no segundo dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em conta do município, realizando, neste momento, o débito do valor cobrado pela tarifa de arrecadação.

2.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6. Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período do credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

3.1. Este termo de contrato terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:



a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição imediata, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente, sem ocasionar prejuízo ao evento;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, sem prejuízo das penalidades cabíveis, contados da notificação por escrito, mantidos os termos de negociação contratados inicialmente.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

-02.03.00 – 04.123.0001.2112 – 3.3.90.39 – **694** – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;

6.1.2. Eleger o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados em compatibilidade com os sistemas bancários e sem custos adicionais ao contratado;

6.1.3. Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

6.1.4. Remunerar o BANCO pelos serviços efetivamente prestados,

6.1.5. Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

6.1.6. Inserir nas Guias informações para atualização dos valores dos documentos, quando do pagamento em atraso;

6.1.7. Entregar ao BANCO:

a) Recibo do arquivo enviado;

b) Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

6.1.8. O Município poderá determinar, mediante prévia comunicação à Instituição Financeira credenciada, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

6.2. São obrigações da Contratada:



6.2.1. Prestar o objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo.

6.2.2. Executar a arrecadação dos tributos municipais via carnê ou guia de recolhimento sem ônus para os contribuintes;

6.2.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do contrato ou da nota de empenho;

6.2.7. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.9. Receber através do documento de arrecadação definido e aprovado pela Secretaria Municipal de Governo, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO;

6.2.10. Repassar ao município a arrecadação diária, no segundo dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em conta do município;

6.2.11. Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive na boca do caixa e agências que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;

6.2.12. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo;

6.2.13. Comunicar formalmente ao Município, em até 2 (dois) dias úteis, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;



6.2.14. A informação recebida nos documentos de arrecadação municipal será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

6.2.15. O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

6.2.16. Autenticar os documentos de arrecadação, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras;

6.2.17. Manter os arquivos de retorno por um período mínimo de 180 (cento e oitenta dias) dias a disposição da CONTRATANTE;

6.2.18. Enviar ao Município, no próximo dia útil, de forma online, arquivo digital com total das transações do dia, para efeito de baixas;

6.2.19 Remeter, mensalmente, ao MUNICÍPIO o extrato da Conta de Arrecadação na qual é creditada a arrecadação, sem nenhum ônus adicional para o Município;

6.2.20 Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

6.2.21. Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

6.2.22. Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

6.2.23. Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

6.2.24. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes;

6.2.25. Assegurar que o contribuinte/devedor possa realizar o recolhimento das através dos canais de atendimento (guichês de caixa, caixas eletrônicos, "home/office banking", internet) e outras modalidades utilizadas pelo banco contratado;

6.2.26. É de responsabilidade do Banco o pagamento de diferenças recebidas à menor no cálculo de multa, juros ou correção e ainda, o pagamento efetuado de forma incorreta.

6.2.27. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial.



6.2.28. Os serviços serão executados em conformidade com o Anexo I, dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer.

6.3. É vedado à Contratada:

6.3.1. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

6.3.2. Cancelar ou debitar valores sem a devida justificativa, comunicando imediatamente a Contratante.

6.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO, não for disponibilizado ao Município;

b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item 6.2.10, fica a instituição financeira ou prestadora de serviço congênere obrigada a creditar ao Município o produto arrecadado acrescido da atualização monetária através da Taxa de Transferência de Títulos Federais (Selic), a partir do 3º (terceiro) dia subsequente ao da arrecadação até o dia efetivo do repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste edital e nas Leis civil e penal.

7.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993, o credenciado habilitado ficará sujeito às seguintes penalidades:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades e sanáveis sem prejuízo para a Administração, para as quais não tenha concorrido diretamente;

7.2.2. Advertência cumulado com reposição de prejuízos, quando forem constatadas irregularidades de menor gravidade para a Administração, para as quais o credenciamento tenha concorrido diretamente;

7.2.3. Descredenciamento quando reiteradamente descumprir alguma cláusula deste Edital com prejuízo para a Administração e com a concorrência do credenciado para tal, ou quando o credenciado deixar de cumprir as obrigações assumidas através de falta grave dolosa ou revestida de má fé ou quando constatada a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos apresentados pelo credenciado.

7.2.4. Multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor dos serviços que se propôs a prestar, quando devidamente convocado, deixar de assinar o contrato.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO



8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do contrato se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

8.2. A rescisão amigável se dará a qualquer tempo, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã SP, 27 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Tiago Tadeu Delfino Zamberlan
RG nº. 27.414.781 SSP/SP
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Fernandes Baratela
RG nº. 23.013.725-8 SSP/SP

2. _____
Louise Caroline G. C. Prado
RG nº. 1.523.129 SSP/MS



Termo de Referência - Contrato 017/2017

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação dos tributos municipais (IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano, ISS - Imposto Sobre Serviço, ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, Taxas e demais receitas, com prestação de contas com transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados, conforme Comunicado Febraban 015/2015.

Processo/Ano: **012/2017** Modalidade: **Chamamento Público** Seqüência/Ano: **001/2017**

1- Canal de recebimento dos Carnês e/ou boletos

Item	Serviço	Valor
	1 Guichê de Caixa	2,00
	2 Rede Lotérico ou similar	2,00
	3 Internet	2,00
	4 Auto Atendimento	2,00
	5 Correspondentes Bancários	2,00
	6 Gerenciador Financeiro	2,00
	7 Banco Postal	2,00
	8 Débito em Conta	2,00

Pela execução dos serviços prestados a instituição será remunerada independente do canal de recebimento.



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONTRATO Nº 017/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (IPTU - IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO, ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO, ITBI - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, TAXAS E DEMAIS RECEITAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS COM TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DADOS DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME COMUNICADO FEBRABAN 015/2015.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tarumã, 27 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Tiago Tadeu Delfino Zamberlan
RG nº. 27.414.781 SSP/SP
Contratada